



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

HÉRICA REGINA SIMÕES MUNIZ

AGRICULTURA FAMILIAR: Uma análise das características e da utilização de informações financeiras no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA-DF

Brasília – DF

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitor:

Professora Doutora Sônia Nair Bão

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Políticas Públicas:

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Doutor José Antônio de França

Coordenadora de Graduação:

Diana Vaz de Lima

HÉRICA REGINA SIMÕES MUNIZ

AGRICULTURA FAMILIAR: Uma análise das características e da utilização de informações financeiras no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA-DF

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa:

Contabilidade para Tomada de Decisão

Grupo de Pesquisa:

Contabilidade Gerencial e Sistemas de Controle

Professora Orientadora:

Prof.^a. Msc. Krisley Mendes

BRASILIA - DF

2015

Muniz, Hérica Regina Simões Muniz

Agricultura Familiar: Uma análise das características e da utilização de informações financeiras no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA-DF/ Muniz, Hérica Regina Simões Muniz – Brasília, 2015
Quant. p. 52.

Orientador (a): Prof.^a Mestre Krisley Mendes

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2015

Bibliografia.

1. Agricultura Familiar 2. Tomada de decisão 3. Contabilidade Rural 4. Mercado da Agricultura Familiar I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD -

HÉRICA REGINA SIMÕES MUNIZ

AGRICULTURA FAMILIAR: Uma análise das características e da utilização de informações financeiras no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA-DF

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Comissão Avaliadora:

Mestre Krisley Mendes
Professora-orientadora

Professor-Examinador

Brasília, Novembro de 2015.

À minha mãe Sônia e aos meus irmãos Neto e Rafael que foram a mais importante escola. Com eles, aprendi o que nenhum curso poderia ensinar. Ao meu namorado Igor por ter partilhado das minhas descobertas e dificuldades com tanto carinho e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, uma mulher em que me espelho e que fez papel mãe e pai em minha vida, nunca deixando faltar o primordial (amor, educação, respeito, cumplicidade).

Aos meus irmãos por terem sido os melhores irmãos mais velhos que pude ter e à minha “irmã” não sanguínea Charlotte Delalibera, por tantos anos de amizade e companheirismo.

Ao meu namorado Igor Freitas, por fazer parte da minha caminhada e por, além dos bons momentos, ter me dado tanta força quando eu mais precisei.

Aos meus amigos que fizeram a minha caminhada na Universidade de Brasília ser muito mais prazerosa e divertida, Allan Santos, Anna Beatriz Sucena, Carolina Mayerhofer e Gabriel Dias.

Aos meus amigos de vida que trouxe da Caixa Econômica, do ensino médio e da vizinhança em Taguatinga.

Aos docentes da UnB que dedicam suas vidas para nos ensinar. E, por último, às pessoas que me acrescentaram, de alguma forma, ensinamentos para a vida.

Obrigada a todos.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

Chico Xavier

RESUMO

A agricultura familiar é predominante no fornecimento de alimentos aos brasileiros, fornecendo em média 70% da produção do país. O trabalho apresentado a seguir teve como objetivo identificar as peculiaridades e o uso de informações financeiras na gestão das unidades dos agricultores familiares participantes do Mercado da Agricultura Familiar que funciona na Central de Abastecimento do Distrito Federal desde maio de 2015. A população escolhida demonstra, de forma sucinta, um pouco da realidade do Distrito Federal. Os procedimentos metodológicos aplicados foram a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados. Com aplicação de entrevista estruturada a partir de um questionário padronizado, os dados colhidos puderam ser comparados para análise quantitativa. Como resultado, o estudo obteve dados das características dos administradores desses pequenos empreendimentos, mostrou que 76% dos entrevistados utilizam a contabilidade de forma intuitiva em seus negócios e que 88% deles consideram que seus negócios estão financeiramente saudáveis. Ainda em relação ao uso da contabilidade, foi verificado que dos agricultores que desejam expandir seus negócios, 92% utilizam a Contabilidade de forma intuitiva na gestão. Concluiu-se que os agricultores familiares que utilizam Contabilidade obtêm maiores rendimentos mensais e possuem predisposição a inovações para expandir seus negócios.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Tomada de decisão. Contabilidade Rural. Mercado da Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Family farming is prevalent in the food supply to the Brazilian, providing on average 70% of production in the country. The following presented study aimed to identify the peculiarities and the use of financial information in the management of the units of family farmers participating in the Mercado da Agricultura Familiar that works in Central de Abastecimento do Distrito Federal since May 2015. The chosen population shows, the briefly, some of the reality of the Federal District. The methodological procedures were applied to literature and data collection. This applies a structured interview using a standardized questionnaire, the data collected could be compared to quantitative analysis. As a result, the study obtained data on the characteristics of the managers of these small businesses, showed that 76% of respondents use accounting intuitively in their business and that 88% of them consider that their businesses are financially healthy. Also in relation to the use of accounting, it was found that farmers who wish to expand their business, 92% use the Accounting intuitively management. It was concluded that farmers who use accounting gain higher monthly income and have the predisposition innovations to expand their business.

Keywords: Family farming. Decision taking. Rural accounting. Mercado da Agricultura Familiar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Uso da terra no DF	25
Figura 2: Ciclo de Planejamento e Controle	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais programas voltados à Agricultura Familiar	23
Quadro 2: Finalidades da Contabilidade Rural	29
Quadro 3: Formas jurídicas do empresário rural	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aspectos gerais do DF	24
Tabela 2: Número e área total dos estabelecimentos, compreendidos pelas modalidades de agricultura familiar e não familiar – Brasil e Distrito Federal	25
Tabela 3: Gênero dos agricultores	37
Tabela 4: Estado civil dos agricultores	37
Tabela 5: Renda média mensal em relação à área da propriedade	40
Tabela 6: Disposição a expandir o empreendimento familiar	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de escolaridade	38
Gráfico 2: Itens produzidos	39
Gráfico 3: Quantidade de pessoas que integram o negócio	39
Gráfico 4: Utilização da contabilidade na gestão de seus negócios	41
Gráfico 5: Percepção do agricultor familiar quanto à saúde financeira do seu negócio	42
Gráfico 6: Benefícios em ser agricultor familiar	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASA-DF	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<i>ha</i>	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Contextualização	17
1.2	Formulação do Problema	17
1.3	Objetivo.....	18
1.3.1	Objetivo geral.....	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	Justificativa.....	18
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Agricultura Familiar	20
2.3.1	Classificação	20
2.3.2	Reflexos na economia e no desenvolvimento social	22
2.3.3	Agricultura familiar no DF	24
2.2	A Contabilidade e a Agricultura Familiar	26
2.2.1	Contabilidade intuitiva.....	26
2.2.2	Contabilidade para tomada de decisão.....	26
2.2.3	Contabilidade gerencial.....	27
2.2.4	Contabilidade rural	28
3.	METODOLOGIA.....	32
3.1	Levantamento dos Dados	32
3.1.1	Objetivo	32
3.1.2	Procedimentos	32
3.1.3	Abordagem do problema	33
3.2	Coleta dos Dados	33
3.2.1	População e amostra	33
3.2.2	Aplicação de questionário	35
3.2.3	Limitações.....	35
3.3	Análise dos Dados	35
4.	RESULTADOS E ANÁLISES	37
4.1	Características da produção e seus administradores	37
4.1.1	Quanto às características dos administradores	37
4.1.2	Quanto aos produtos e integrantes do negócio.....	38
4.1.3	Quanto à área utilizada e renda	40
4.2	Uso de controles financeiros na gestão e percepção da saúde financeira	40

4.2.1	Quanto ao uso da Contabilidade	40
4.2.2	Quanto à saúde financeira	42
4.2.3	Quanto à disposição para expandir o negócio.....	42
4.3	Benefício em se regulamentar como Agricultor Familiar	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.....	51

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A agricultura tem passando por avanços, no caminhar da história, de cunho industrial, econômico e tecnológico. Ante as grandes indústrias do agronegócio, estão os agricultores familiares, que são os pequenos produtores rurais. Eles produzem desde alimentos a artesanato (GUADAGNIN, 2012). Tratando-se da produção alimentar, podem trabalhar seus produtos para a subsistência de suas famílias e/ou para a comercialização (CARDOSO, 1987 apud ALTAFIN, 2007).

Um fator importante é que, apesar da baixa organização contábil, da dificuldade de se firmar economicamente, e do baixo grau de conhecimento em gestão de empresas, a agricultura familiar ainda é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil e por mais de 13 milhões de vagas de emprego ocupadas (GUADAGNIN, 2012).

Mesmo com a grande importância da agricultura familiar no país, o ramo passa dificuldades para levar o produto até o consumidor final, se firmar economicamente, inovar em sua produção e ajustar os preços dos produtos de forma a não sofrer prejuízos. Um dos motivos citados por Guadagnin (2012) é a baixa escolaridade dos agricultores familiares. Muitos deles não possuem o ensino fundamental completo. Alguns outros fatores são relacionados também a esse problema de escolaridade, agravando-o mais.

Para auxiliá-los na organização desses empreendimentos, existem programas voltados para o agricultor familiar em vários aspectos. Todos esses programas abrem portas para o agricultor, mas percebe-se ainda que, não é o suficiente para o crescimento e o sucesso financeiro dos trabalhadores.

A contabilidade tem sido cada vez mais necessária na tomada de decisão para manter as empresas de quaisquer portes a frente no mercado. Mesmo em pequenas empresas, e no caso estudado, em pequenas agriculturas, a contabilidade deve ser utilizada na gestão de acordo com as peculiaridades do negócio.

1.2 Formulação do Problema

O cenário da agricultura familiar no Distrito Federal não foge ao contexto brasileiro, de dificuldade para se firmar economicamente. Ademais, em relação aos números brasileiros,

o agricultor familiar distrital produz e emprega muito menos do que a média nacional (CODEPLAN, 2015). Desta forma, o problema proposto para a realização do trabalho é: **Quais as características da agricultura familiar no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA - DF, e qual o uso de informações financeiras na gestão dessas unidades de produção e na tomada de decisão?**

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar se as unidades de agricultura familiar participantes do Mercado da Agricultura Familiar da Ceasa no Distrito Federal são gerenciadas com o auxílio de demonstrações financeiras.

1.3.2 Objetivos específicos

- Traçar o perfil do agricultor familiar do Mercado da Agricultura Familiar em relação ao tipo de produção, área utilizada, rendimento e disposição para expandir o negócio;
- Entender as peculiaridades das unidades de agricultura familiar locais no que tange à necessidade de utilizar informações financeiras;
- Analisar a saúde financeira das unidades de agricultura familiar e confrontá-las com o grau de utilização de informações financeiras.

1.4 Justificativa

Em síntese do que foi citado, as dificuldades vividas dentro da atividade da agricultura familiar são várias e ainda não se sabe, de fato, quais as causas concretas e quais atitudes devem ser tomadas para a melhoria no processo de produção e evolução econômica do ramo.

Pelo exposto acerca da importância da agricultura familiar no país e na capital federal, o estudo visa identificar as características dessa atividade no Mercado da Agricultura Familiar do Distrito Federal, por meio da aplicação de questionários a uma amostra da população de agricultores familiares.

O trabalho está estruturado em referencial teórico, dividido em duas partes, onde, na primeira são descritos: a classificação, os reflexos na economia e no desenvolvimento social do Brasil, a agricultura familiar no Distrito Federal; na segunda parte são descritas: a

contabilidade para tomada de decisão, a contabilidade gerencial e a contabilidade rural. Em seguida a metodologia utilizada para análise, os resultados obtidos e as considerações finais.

Vale ressaltar que, esta pesquisa foi motivada por um estudo semelhante realizado por Luiz Fernando (2014), cujas intenções foram verificar o perfil dos comércios das Avenidas W3 e W2 Sul, e analisar a utilização e a percepção dos gestores a respeito da contabilidade nas micro e pequenas empresas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

2.1.1 *Classificação*

Agricultura familiar é um sistema antigo, mas que, há pouco não havia definições claras sobre seu conceito e sua função. A partir da década de 1990, houve maior atenção a esse modo de produção, após a criação do PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – em 1996 e em 2006 com a criação da Lei 11.326 que estabelece os critérios para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Os autores Huges Lamarche (1998) e Nazareth Wanderley (1999), citados por Altafin (2007), explicam que o campesinato, incorporado à várias outras situações, deu origem ao que conhecemos atualmente como agricultura familiar. Altafin (2007) ainda cita Cardoso (1987) para listar quatro principais características para conceituar o camponês:

- a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; c) Autossustentabilidade combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Desta forma, a autora conclui que a “produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado” (ALTAFIN, 2007, p.2). Com isso, temos que tais características do campesinato se relacionam com os traços adaptados da agricultura familiar atual.

De outro lado, Abramovay (1992) afirma que a agricultura familiar conhecida é capaz de relacionar-se a políticas públicas, utilizar avanços tecnológicos e econômicos e ser integrada no mercado e, por isso, não considera que a agricultura familiar deve ser explicada a partir da agricultura camponesa.

Altafin (2007) ainda cita a importância de um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para melhor definir o conceito de agricultura familiar. O estudo a define:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996: 4)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2015) explica que agricultura familiar é a forma de produção onde há predominância de interação entre gestão e trabalho. Ainda completa que, são os agricultores familiares que gerenciam o processo produção, utilizando o trabalho familiar com diversificação. Em caráter excepcional, podendo complementar o processo com trabalho assalariado.

A Lei 11.326/de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes, define agricultura familiar da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos

¹ “A figura jurídica do módulo fiscal foi instituída pelo Incra com o objetivo de estabelecer um parâmetro mínimo de extensão das propriedades rurais que indique a sua viabilidade como unidade produtiva, dependendo da sua localização. A extensão do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo da localização do município em que está situada a propriedade rural. Nas regiões metropolitanas, via de regra, a extensão do módulo rural é tendencialmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros consumidores.” SANTILLI, Márcio. A aberração dos quatro módulos fiscais (2011)

previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011); VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

Diante desta infinidade de conceitos, a agricultura familiar deve ser tratada de forma peculiar. Pois, em cada região e em cada município, ela possui características próprias, sendo necessário que os indivíduos se adaptem ao clima e às suas próprias necessidades enquanto membros de uma família e de uma economia local.

2.1.2 Reflexos na economia e no desenvolvimento social

O Brasil, como um todo, tem a agricultura familiar bastante diversificada. Cada região adapta sua produção de acordo com o solo, o clima e necessidades locais. Segundo Shneider (2003), as decisões tomadas pela família ante às condições materiais e ao ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias, podendo viabilizar ou não sua sobrevivência social, econômica e cultural.

Como sobredito, essa forma de agricultura é responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos consumidos no Brasil. Mais de 13 milhões de pessoas economicamente ativas já estavam empregadas pela agricultura familiar em 2012, número que tende a crescer. Há bastante diversidade em suas atividades. Na área dos alimentos existem produtores de carne, frutas, verduras, hortaliças e também, fora da alimentação, artesanato, turismo. Os principais alimentos produzidos são o milho, o feijão, a mandioca, leite, frutas e hortaliças (GUADAGNIN, 2012).

Contudo, há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. É o que ocorre, sobretudo, nas áreas mais pobres do Nordeste (ABRAMOVAY, 1998). Como Guadagnin (2012) afirma, grande parte dos trabalhadores rurais tem apenas o ensino fundamental e não possuem conhecimentos técnicos para a manutenção contábil dos negócios familiares. Isso gera uma desorganização por parte desse segmento econômico de substancial importância.

Segundo Abramovay (1998), “a exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”. Para isso, existem

diversos incentivos governamentais para o desenvolvimento desses trabalhadores. A tabela 1 expõe os principais programas que auxiliam o agricultor familiar atualmente.

Quadro 1: Principais Programas voltados à Agricultura Familiar

<p>O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)</p>	<p>É um Programa de crédito que beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. Os recursos financeiros possuem taxas de juros abaixo da inflação. Isso proporciona o desenvolvimento, facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2013).</p>
<p>O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)</p>	<p>“Uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar” (MDA, 2013). Consiste basicamente em o governo comprar diretamente dos agricultores familiares, alimentos no valor justo e não abaixo do valor justo. É uma possibilidade de comercialização para os produtores com maior segurança e de menos custos de transporte. O programa atende creches, escolas, presídios, entre outros locais públicos. Nasceu em 2003 e é um dos mais importantes programas de combate à miséria (BONDUKI, 2012).</p>
<p>O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)</p>	<p>Foi instituído em 2009 e “prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino” (MDA, 2013). Ainda ressalta-se que o programa beneficia os agricultores familiares, faz com que seja promovida a economia local, valoriza os produtos da região e garante aos alunos uma alimentação a segurança alimentar e nutricional (MDA, 2013)</p>
<p>O CONAB (Companhia Nacional</p>	<p>Operacionaliza o PAA (BONDUKI, 2012). “A Companhia contribui na definição das políticas públicas para o abastecimento alimentar no país com a responsabilidade de executá-las. Na prática, isso significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para</p>

de Desenvolvimento)	regular o mercado[...] Estudos e estatística sobre preços da agropecuária também são elaborados pela Conab, assim como sobre custos de produção, expectativa de plantio e de colheita de grãos, volume e localização de estoques públicos e privados de diversos produtos”. (CONAB, 2015)
---------------------	---

Fonte: Elaboração própria, 2015.

2.1.3 Agricultura familiar no DF

Primeiramente, ressalta-se que, “Brasília é formada não só pelo Plano Piloto, mas também pelas cidades que estão dentro do território do Distrito Federal” (GDF, 2015).

O Distrito Federal possui população de 2.570.160 (tabela 1), sendo que apenas 3,44% residem em área rural (IBGE, 2006). Cerca de “66% da população rural está localizada nas regiões administrativas de Brazlândia, Planaltina, Gama, São Sebastião e Ceilândia. Brazlândia e Planaltina se sobressaem com mais de 30% desse contingente” (CODEPLAN, 2015).

Tabela 1: Aspectos gerais do DF

Dados do Distrito Federal	
População total	2.570.160
no meio urbano	2.481.685
no meio rural	88.475
Área (km ²)	5.780,00

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006) com adaptações.

Segundo a CODEPLAN (2015):

[...] no DF, as limitações enfrentadas pela agricultura familiar a impedem de atingir o patamar produtivo atribuído à agricultura familiar nacional. Segundo censo Agropecuário de 2006. Apenas 11% da agropecuária local vem da Agricultura Familiar, que absorve apenas 29% de todo emprego gerado no setor.

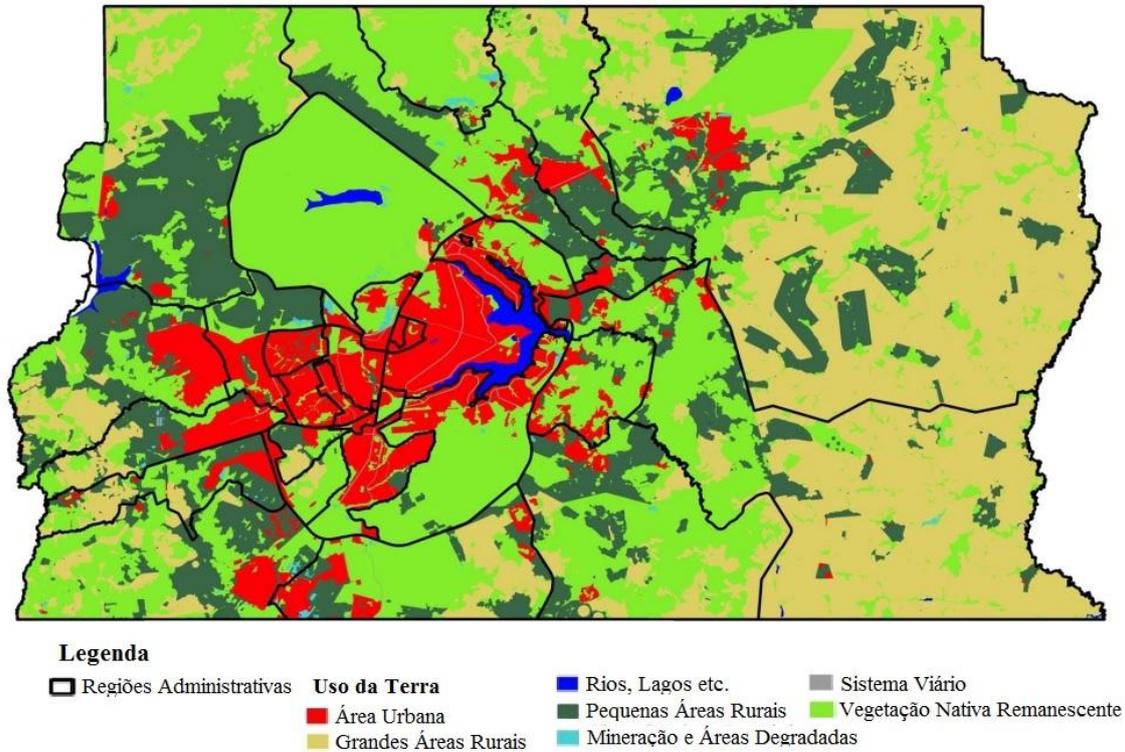
A figura 1 expõe o uso da terra do Distrito Federal em diferentes aspectos. Os mais importantes deles, a serem considerados para a proposta de pesquisa, são as grandes áreas rurais em contraste com as pequenas áreas rurais.

As propriedades voltadas à agricultura familiar do DF têm área média entre 5 e 6 hectares para os pequenos estabelecimentos, e voltadas à agricultura não familiar tem área de 113 ha para os médios e grandes estabelecimentos (CODEPLAN, 2015).

Desta forma, a capacidade de produção das unidades familiares fica limitada, tal fato incorre na necessidade de mudanças no que tange a assuntos de tecnologia, financiamentos,

assistência técnica em produção, incentivos governamentais e, não menos importante, consultoria contábil.

Figura 1: Uso da terra no DF



Fonte: CODEPLAN com adaptações, 2015.

Na tabela 2, é possível verificar algumas características dos estabelecimentos de agricultura familiar do DF em comparação aos do Brasil e também características da agricultura não familiar para fins de comparação.

Tabela 2: Número e área total dos estabelecimentos, compreendidos pelas modalidades de agricultura familiar e não familiar – Brasil e Distrito Federal

Modalidades de Agricultura - Lei 11.326/2006	Total de Estabelecimentos		Área Total	
	Número	%	Hectares	%
Brasil	5.175.489	100,0	329.941.393,30	100,0
Familiar	4.367.902	84,4	80.250.453,10	24,3
Não familiar	807.587	15,6	249.690.940,20	75,7
Distrito Federal	3.955	100,0	251.319,80	100,0
Familiar	1.824	46,1	10.867,20	4,3
Não familiar	2.131	53,9	240.452,60	95,7

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006)

Pelo exposto, é notável que o Distrito Federal não está a frente como o Brasil no que diz respeito à predominância da produção pela agricultura familiar. Porém, vem fazendo projetos que viabilizam, ao agricultor familiar, maior visibilidade no mercado.

Neste sentido, em maio deste ano, foi inaugurado o Mercado da Agricultura Familiar localizado na Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa – DF). A organização visa a comercialização direta de produtos da agricultura familiar aos consumidores finais.

Desta forma, ampliam-se as possibilidades para escoar a produção em excesso que não foi vendida no atacado aos diversos compradores, e também a geração de renda às famílias produtoras, além de ser uma forma de a população da região ter acesso a alimentos frescos, limpos e mais saudáveis (MDA, 2015).

2.2 A Contabilidade e a Agricultura Familiar

2.2.1 Contabilidade intuitiva

Segundo Iudícibus (2005), “a contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem pensa”. Ou seja, as civilizações antigas já utilizavam de métodos considerados contábeis, mesmo que de forma empírica quando a mesma ainda não era conhecida como a ciência que existe hoje.

O homem desde o seu surgimento procurou suprir suas necessidades entendendo o que ocorria com as coisas, para então procurar utilizá-las para melhorar o seu bem estar. No início de toda descoberta esse processo de aprendizado se concentra numa visão superficial, tentando entender apenas a sistemática do fenômeno sem maiores aprofundamentos para posterior reprodução, caracterizando aí o empirismo. (MARQUES, 2007).

“Desde esse primeiro controle dos seus bens o homem conheceu a contabilidade, uma ciência que desde então vem se desenvolvendo com o intuito de promover o melhor aproveitamento do patrimônio das células sociais” (MARQUES, 2007).

Infere-se assim, que a contabilidade feita de forma intuitiva existe até hoje em várias situações e não deve ser considerada uma ciência, mas sim, uma forma empírica. Ademais, ao analisar o uso da contabilidade deve-se separar a Contabilidade atual, com técnicos, padrões e normas, da contabilidade “intuitiva”, que quaisquer cidadãos utilizem de forma primitiva.

2.2.2 Contabilidade para tomada de decisão

A Contabilidade, segundo Iudícibus (1994), tem o objetivo de “fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus

julgamentos com segurança”.

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (IUDÍCIBUS et al, 2010).

Segundo Stroeher e Freitas (2006) citando Oliveira, Muller e Nakamura (2000), para que a contabilidade cumpra seu objetivo de fonte de informações úteis para o processo de tomada de decisão, ela deve ter características fundamentais à administração, como ser íntegra, relevante, flexível, útil, oportuna, clara, completa e preditiva, além de também ser direcionada à gestão do negócio.

O administrador precisa obter informações que lhe permita acompanhar o desenvolvimento das atividades e mensurar os resultados originados dessas ações, traçando políticas e metas que possibilitem o alcance dos objetivos, quando se tem uma relação entre a contabilidade e a administração, pois é esta relação que oferece ao administrador tais informações (PITELA, 2000 apud STROEHER, FREITAS, 2006).

Por tais razões, a contabilidade e a tomada de decisão em diversos níveis, estão atreladas e se tornam essenciais para os administrados e gestores entenderem o que acontece financeiramente na empresa.

2.2.3 Contabilidade gerencial

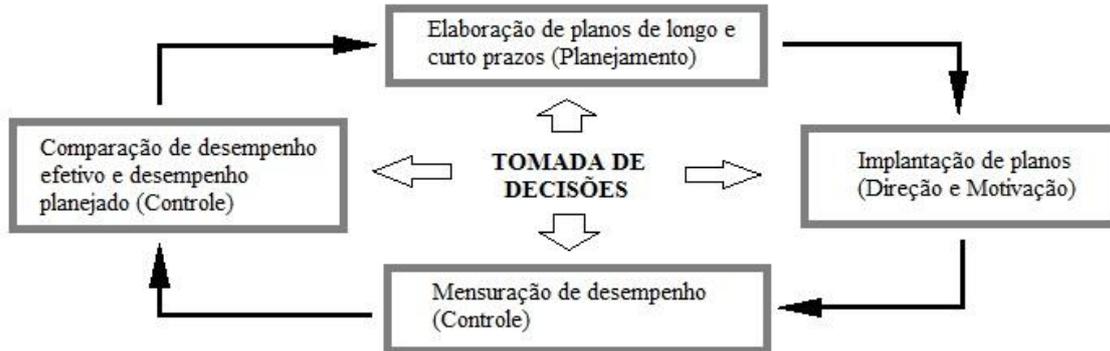
Nas várias vertentes dentro da Contabilidade, a área responsável por coletar informações para a gestão de uma empresa é a Contabilidade Gerencial, conhecida por ser de utilizada pelos usuários internos. “Alguém precisa ser responsável pela elaboração de planos, pela organização de recursos, pela direção de pessoas, e pelo controle de operações. ” (GARRISON, 2007, p.4).

Garrison (2007) também diferencia a contabilidade gerencial da contabilidade financeira, sendo essa voltada para atender às necessidades dos usuários externos, como acionistas e credores, enquanto aquela existe para atender os administradores da empresa. O autor defende ainda que, as duas modalidades não se diferem apenas pelo usuário da informação, mas também em ênfase no passado ou no futuro, tipo de informação fornecida e em várias outras maneiras.

“O processo de gestão serve de suporte ao processo de tomada de decisão e realiza-se por meio dos seguintes passos: planejamento estratégico, planejamento operacional, programação e controle”. (FIGUEIREDO; CAGGIANO apud SILVA, 2010).

Similar a explicação anterior, Garrison (2007) explica um modelo com o fluxo regular dos tipos básicos de atividades gerenciais. O ciclo (Figura 2) inicia desde o planejamento, passando por direção motivação, controle, voltando ao planejamento. Essas atividades se relacionam com tomada de decisões e por isso, deve-se observá-las em todo e qualquer tipo de atividade empresária.

Figura 2: Ciclo de Planejamento e Controle



Fonte: Garrison (2007) com adaptações.

Pelo exposto, a contabilidade gerencial, apesar de não ter caráter obrigatório, é de substancial importância na tomada de decisões por parte dos gestores. Como se observa, qualquer tipo de sociedade empresária pode adaptar a forma de gerenciamento contábil a partir de suas peculiaridades, como exemplo, o ramo da economia, a quantidade de setores internos existentes e quaisquer outros aspectos relevantes.

2.2.4 Contabilidade rural

A contabilidade rural é o ramo da contabilidade voltado para as especificidades das atividades rurais (MARION, 2010). Existem ainda divisões da contabilidade rural. Algumas delas são a contabilidade agrícola e a contabilidade da pecuária, ambas englobam grande parte das necessidades contábeis da agricultura familiar. O autor também explica que a contabilidade agrícola é, como já diz o nome, aplicada a empresas que trabalham com a atividade agrícola.

Crepaldi (1998) afirma que a Contabilidade Rural é um instrumento com a função administrativa e possui como finalidade:

- Controlar o patrimônio das empresas rurais;
- Apurar o resultado das mesmas;
- Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos usuários.

A Contabilidade Rural “é aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária” (CALDERELLI, 2003, p. 180 apud FARIA e LIMA, 2010).

Em razão disso, fica claro que a contabilidade rural veio para atender às necessidades da atividade rural que bastante se difere, em várias características, das empresas comuns não voltadas para a atividade rural.

Crepaldi (1998, p. 76) apresenta uma lista de finalidades (Quadro 2) específicas da Contabilidade Rural.

Quadro 2: Finalidades da Contabilidade Rural

Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
Controlar as transações financeiras;
Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
Permitir a comparação da <i>performance</i> ² da empresa no tempo e desta com outras empresas;
Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
Justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Marion (2010) afirma que, encontram-se na atividade rural, as duas formas jurídicas existentes: pessoa física e pessoa jurídica. O autor também expõe que de acordo com o Código Civil (2002), o empresário rural, pode exercer atividades com as formas jurídicas conforme Quadro 3.

²*Performance*- substantivo feminino - é uma palavra de origem inglesa e possui como significado: atuação, realização, feito, façanha ou desempenho. <<http://www.significados.com.br/performance/>>.

Quadro 3: Formas jurídicas do empresário rural

Autônomo	Sem registro na Junta Comercial
Empresário Individual	Quando inscrito na Junta Comercial (é optativo)
Sociedade Empresária	Inscrita na Junta Comercial (na forma de sociedade limitada, ou sociedade anônima etc.)

Fonte: Elaboração própria (MARION, 2010).

Ressalta-se ainda, o previsto no Art. 970 do Código Civil (2002), o qual dispõe que “a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.” Desta forma, o pequeno agricultor possui formas mais rápidas e práticas de se regulamentar juridicamente para início ou continuidade de sua produção.

Uma das especificidades da contabilidade rural é que o “ano agrícola é o período em que se planta, colhe e, normalmente, comercializa a safra agrícola” (MARION, 2010). Sendo assim, o ano agrícola não coincide com o ano civil.

O imposto de renda, obrigatório para a agricultura familiar, é calculado com base no exercício social, que, por sua vez, coincide com o ano civil. Esse fato, é um empecilho para produtor rural e pode gerar graves prejuízos, visto que, o ano agrícola varia de acordo com a modalidade de produção (MARION, 2010).

Segundo Marion (2010), na contabilidade agrícola também deve-se considerar dois tipos de cultura existentes, são elas as culturas temporárias e as culturas permanentes. Na explicação do autor, culturas temporárias são:

[...] aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio. Exemplos: soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes [...]. Esse tipo de cultura é também conhecido como anual.

Ainda na explicação do autor, culturas permanentes são:

[...] aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos(...) Exemplos: cana-de-açúcar, citricultura (laranjeira, limoeiro...), cafeicultura, silvicultura (essências florestais, plantações arbóreas), oleicultura (oliveira), praticamente todas as frutas arbóreas (maçã, pêra, jaca, goiaba, uva...).

Ademais, a Contabilidade Rural pode ser utilizada para fins de gerenciamento, como por exemplo, por meio do custeamento baseado em atividades, de maneira que se possa mensurar o desempenho de cada cultura, tanto em relação a outras culturas desenvolvidas por esta mesma entidade, como, em relação a períodos passados (RIOS, 2009).

No mesmo sentido, Crepaldi (1998, p. 77) explica que:

A Contabilidade Rural, dentro do sistema de informações da Empresa Rural, auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações, quer seja no registro e avaliação, deverá atender a essa finalidade.

“Pode-se estabelecer um planejamento das atividades agropecuárias com vistas a determinar o quê produzir, em que quantidade e de que forma. É claro que no setor rural, um planejamento deve envolver mais de uma área do conhecimento” (RIOS, 2009, p. 18).

Com isso, observa-se que a contabilidade gerencial e a contabilidade rural podem ser facilmente relacionadas para tomada de decisão do gestor, a partir das necessidades de cada empreendimento rural. Para isso, deve-se observar o que influencia na produção e no resultado da atividade, de forma a identificar qual o método de custeio etc.

3. METODOLOGIA

O método científico, segundo Silva e Menezes (2005) citando conceitos de Gil, 1999, Lakatos e Marconi (1993), é um conjunto de procedimentos ou operações que são empregados na investigação. É a linha de raciocínio adotada durante a pesquisa.

Para realizar esta pesquisa, foi necessário adotar os procedimentos condizentes com as necessidades da pesquisa para se chegar ao objetivo estipulado.

3.1 Levantamento dos Dados

3.1.1 Objetivo

O objetivo da pesquisa é analisar características da agricultura familiar no Mercado da Agricultura Familiar da Ceasa do Distrito Federal e verificar a utilização da contabilidade, pelos gestores, na tomada de decisão. Assim, a pesquisa descritiva foi a melhor escolha para o estudo. Pois, de acordo Gil (1999) citado por Beuren et. Al (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinado grupo, comportamento ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Além disso, existem técnicas padronizadas para coletar os dados.

No mesmo raciocínio, Andrade (2002) apud Beuren (2008) explica que, a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, classificá-los, analisá-los, explicá-los. Ainda afirma que, o pesquisador não interfere nos fatos. Assim, os estudos do mundo físico e humano são estudados, sem que o pesquisador os manipulem.

Trazendo o conceito para o curso de ciências contábeis, Beuren et. al (2008, p. 82) afirma que “fica evidente a importância da pesquisa descritiva em Contabilidade para esclarecer determinadas características e/ou aspectos inerentes a ela”.

3.1.2 Procedimentos

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram o levantamento e a pesquisa bibliográfica. Essa junção foi escolhida para que previamente fossem expostos conceitos necessários para o entendimento dos problemas e dos objetivos do estudo, para posteriormente, fazer o levantamento dos dados na amostra escolhida dentro da população.

As pesquisas de levantamento, segundo Beuren (2008) citando Gil (1999, p.70):

[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Na contabilidade, o estudo de levantamento é utilizado quando a população é extensa e há limitações para se estudar detalhadamente cada fenômeno específico. O autor ainda afirma que, esse tipo de pesquisa não deixa de ser importante por ser amostral e, muitas vezes, tem fundamental importância em propostas de mudanças e escolhas de decisões (BEUREN et. al, 2008).

A pesquisa bibliográfica, segundo Beuren (2008) citando Cervo e Bervian (1983, p. 55):

(...)explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Nos estudos em ciências contábeis, a pesquisa bibliográfica sempre está presente, seja no trabalho por completo ou como parte integrante de outro tipo de pesquisa (BEUREN, 2008).

3.1.3 Abordagem do problema

Beuren (2008) afirma que, a pesquisa quantitativa, diferente da pesquisa qualitativa, caracteriza-se pelo uso de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados. O autor também explicita que, a pesquisa quantitativa no tratamento de problemas de pesquisa em contabilidade é relativamente recente no Brasil, entretanto, em países como os Estados Unidos, encontram-se vários artigos de contabilidade publicados que usam métodos estatísticos avançados na busca de resultados aos objetivos.

”A utilização desta tipologia de pesquisa torna-se relevante a medida que se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento dos dados” (BEUREN, 2008, p. 93).

3.2 Coleta dos Dados

3.2.1 População e amostra

“População ou universo de pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui

certa paridade nas características definidas para determinado estudo” (BEUREN, 2008). O autor também explica que, no aspecto macro, a população é formada por propriedades ou atributos dos elementos que estão sob o estudo.

A população estudada é todo agricultor familiar do Mercado da Agricultura Familiar do Distrito Federal. Ou seja, abrangendo a capital e cidades satélites, desde que, façam parte do comércio semanal da CEASA e sejam enquadrados, legalmente, como agricultor familiar. E, para a definição de agricultor familiar foi escolhido o conceito disposto pela Lei 11.326/2006, por ser o requisito para o enquadramento dos produtores juridicamente.

Já a amostra é uma pequena parte do universo ou população selecionada de acordo com algumas regras (BEUREN, 2008).

Beuren ainda expõe, ao citar Lapponi (1997), que:

Amostrar simplesmente não é o suficiente para fazer inferências mais contundentes sobre determinado objeto pesquisado, é necessário que a amostra seja representativa, ou seja, conter características não conflitantes com as características ou estrutura da composição da população de onde foi retirada.

Desta forma, buscou-se selecionar a melhor amostra afim de minimizar erros em relação às características da população estudada,

Para a escolha desta amostra foi utilizado o método da amostragem não probabilística por acessibilidade³, pela dificuldade de entrevista durante o horário de atendimento a todos os integrantes do Mercado da Agricultura Familiar e a demanda de tempo necessária para a busca das informações.

Como já citado, o local de pesquisa escolhido foi a Feira do Agricultor Familiar, realizada todos os sábados na CEASA - Central de Abastecimento do Distrito Federal – no período da manhã.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista estruturada, que, segundo Beuren (2008), em sua execução “utiliza-se de um formulário elaborado para esse fim, e é aplicado, preferencialmente, às pessoas selecionadas de acordo com um plano”. E neste caso, foi estruturado um questionário, onde as perguntas foram feitas em formato de entrevista para que, se obtivesse um padrão de características passíveis de comparação.

Vale lembrar que, segundo Beuren (2008), questionário “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”.

³Segundo Gil (1999) apud Beuren (2008), na amostragem por acessibilidade, o pesquisador apenas obtém os elementos de maior facilidade de acesso, admitindo que os elementos possam representar de forma efetiva a população.

3.2.2 Aplicação de questionário

O questionário (apresentado no Apêndice) foi elaborado, visando identificar as seguintes características:

- Tipos de alimentos produzidos;
- Área total dos estabelecimentos;
- Tempo de mercado;
- Quantidade de pessoas que integram o negócio;
- Rendimento médio mensal;
- Utilização de métodos contábeis para a gestão;
- No caso da utilização, quais são os métodos contábeis utilizados;
- Se as empresas são financeiramente saudáveis, segundo os administradores;
- Disposição para expandir sua produção;
- E, se o enquadramento como agricultor familiar trouxe benefícios.

As entrevistas foram realizadas em dois dias de atividade do Mercado da Agricultura Familiar da CEASA-DF e a partir das repostas os dados foram tratados para posterior análise.

3.2.3 Limitações

A pesquisa teve algumas limitações com a falta de dados estatísticos atuais realizados pelo IBGE, visto que, o último senso completo foi realizado em 2006.

Também houve dificuldade no acesso às propriedades rurais para aplicação do questionário, por esse motivo, a escolha de aplicação do instrumento de pesquisa no Mercado da Agricultura Familiar.

Alguns agricultores presentes no local de comércio escolhido eram um pouco avessos a pesquisas e prefeririam não participar das entrevistas.

3.3 Análise dos Dados

“Analisar dados significa trabalhar com o material obtido durante o processo investigatório, ou seja, os questionários aplicados, os relatos das observações [...]” (GIL, 1999 apud BEUREN, 2008).

Por tais razões, para a análise dos dados utilizou-se o *software*⁴ de planilhas Microsoft Office Excel, onde os dados foram organizados e comparados em forma de proporções simples para a identificação dos resultados do estudo.

⁴*Software* é uma palavra de origem inglesa e “pode ser definido como os programas que comandam o funcionamento de um computador”.
<<http://www.significados.com.br/software/>>

4. RESULTADOS E ANÁLISES

O Mercado da Agricultura Familiar teve uma faixa de 55 interessados em participar do comércio na época de sua inauguração, em maio de 2015. Segundo um dos coordenadores da CEASA, atualmente, apenas cerca de 30 famílias vendem regularmente seus produtos no local.

Do total de vendedores, foram feitas 17 entrevistas. Após a aplicação dos questionários durante as entrevistas, os dados tratados a seguir apresentam alguns resultados, que serviram de subsídio para a formação da idéia central da pesquisa.

4.1 Características da produção e seus administradores

4.1.1 Quanto às características dos administradores

Os entrevistados tiveram algumas de suas características listadas para identificar o perfil de quem administra o negócio.

A primeira característica analisada é a distribuição de gêneros entre os entrevistados. A tabela 3 mostra que 58% dos entrevistados são homens contra 42% de mulheres.

Tabela 3: Gênero dos agricultores

Sexo	Porcentagem
Feminino	42%
Masculino	58%

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Já em relação ao estado civil dos entrevistados, foi identificado (conforme Tabela 4) que 74% são casados, enquanto apenas 13% são solteiros e outros 13% possuem união estável.

A média das idades identificadas foi de 43 anos. Enquanto a pessoa mais nova a administrar um empreendimento possui 17 anos, o mais idoso possui 68 anos.

Tabela 4: Estado civil dos agricultores

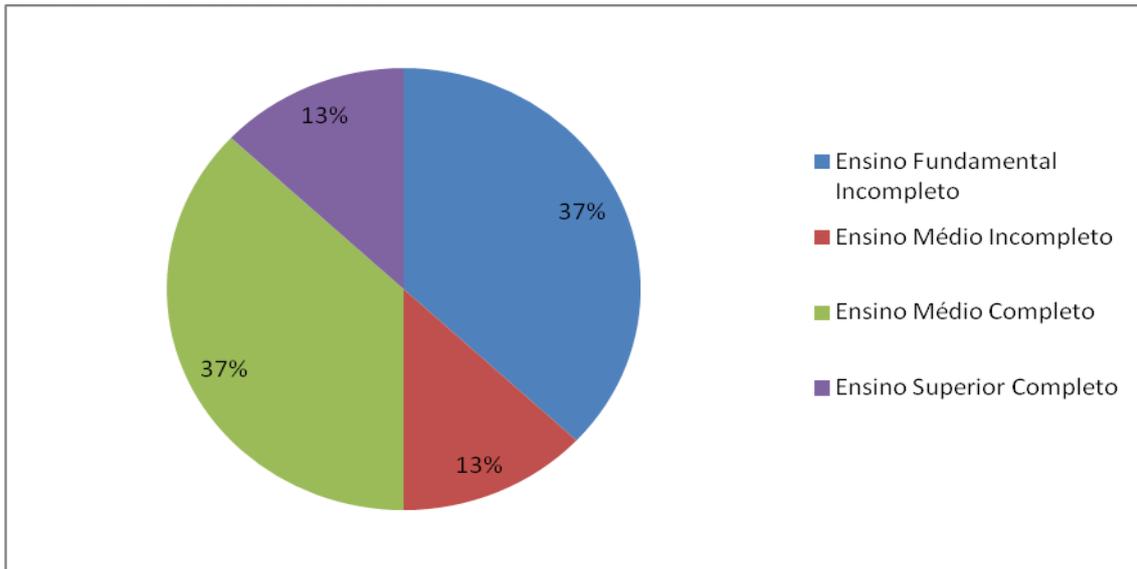
Estado Civil	Porcentagem
Solteiro	13%
Com união estável	13%

Casado	74%
--------	-----

Fonte: Elaboração própria, 2015.

No que tange ao grau de escolaridade, foi identificado que a maior parte dos entrevistados possui nível fundamental incompleto e nível médio completo, conforme Gráfico 1. Apenas 13% dos entrevistados tem nível superior completo. Essa característica deixa clara a dificuldade de acesso ao ensino vivida pelos agricultores.

Gráfico 1: Grau de escolaridade



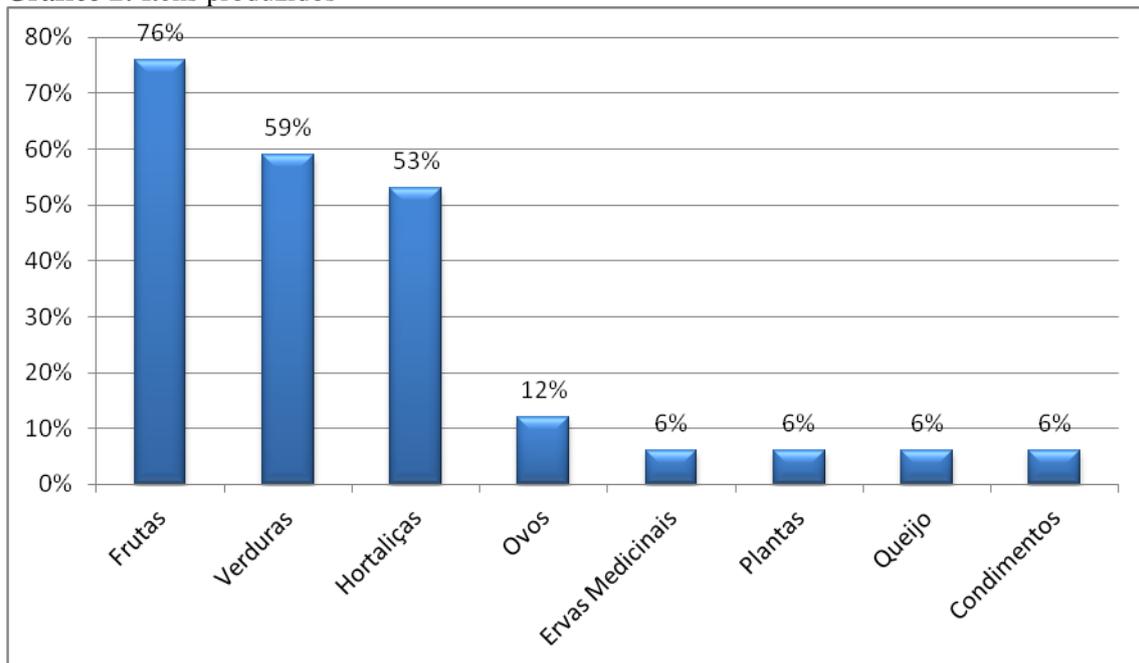
Fonte: Elaboração própria, 2015.

A quantidade média de filhos entre os agricultores entrevistados é de dois filhos. Com os avanços na informação e a prevenção da natalidade excessiva, as famílias do campo também vêm sendo reduzidas. Essa é uma característica que tem se alterado com o passar dos anos. Há algum tempo, a quantidade de filhos em famílias do campo era consideravelmente maior.

4.1.2 Quanto aos produtos e integrantes do negócio

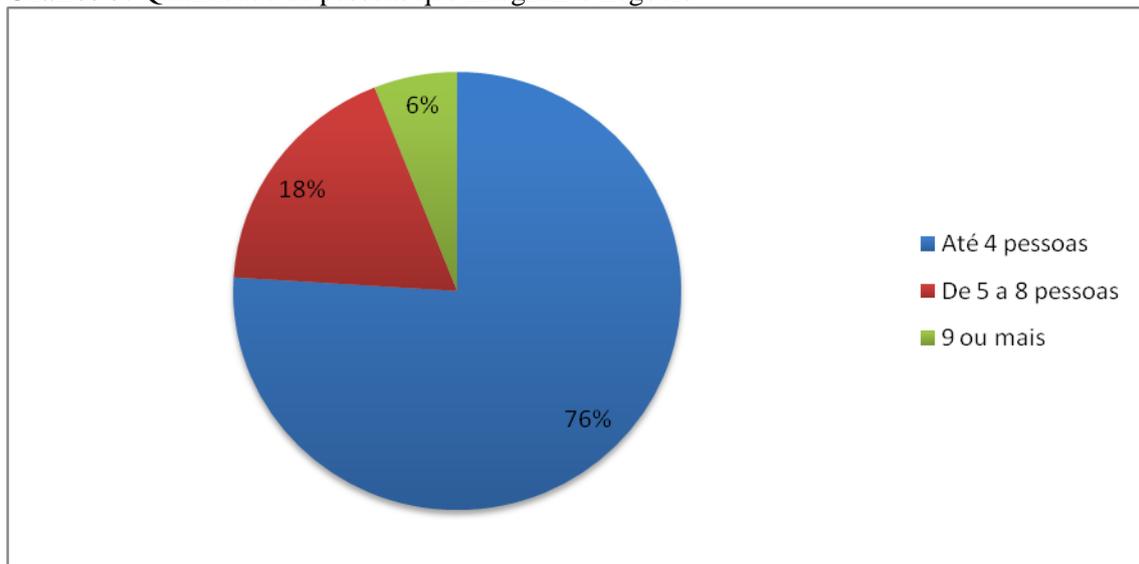
Os integrantes do Mercado da Agricultura Familiar entrevistados trabalham, em sua maioria, com a produção de frutas, verduras e hortaliças, conforme está exposto no gráfico 2. A predominância de produtos de origem vegetal e não animal pode ser explicada pelo fato de a comercialização ainda ser restrita em relação aos produtos de origem animal. Existem também as vendas de ovos caipiras e de alguns laticínios em menor escala que os vegetais.

Além disso, fora da comercialização de alimentos, alguns agricultores trabalham com a venda de plantas ornamentais, artesanatos e ervas medicinais.

Gráfico 2: Itens produzidos

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Outra característica analisada foi a quantidade de pessoas que trabalham em cada unidade de agricultura familiar entrevistada. A predominância foi de grupos de até quatro pessoas (conforme gráfico 3), totalizando 76% das famílias. Isso demonstra que as famílias são reduzidas em relação a algumas décadas atrás.

Gráfico 3: Quantidade de pessoas que integram o negócio

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Em conversa com essas pessoas, foi relatado que, um caso comum é de os filhos não quererem continuar trabalhando com os pais no meio rural. Entre os fatores estão a

dificuldade de acesso ao ensino superior e a baixa remuneração. Isso acaba sendo um problema para os agricultores mais antigos, pois, precisam aperfeiçoar a mão de obra, e contratar terceiros para auxiliar nas tarefas ou ficam fadados à redução da produção e, conseqüentemente, de renda.

4.1.3 Quanto à área utilizada e renda

A área das propriedades utilizadas para a produção dos agricultores familiares foi relacionada com a média das rendas totais por família para um comparativo. Analisando os dados listados na tabela 5, pode-se verificar que, 29% dos entrevistados tem propriedade com área de até 4 hectares e renda média de R\$1.200,00. Outros 52% dos entrevistados possuem renda média de R\$5.000,00, mostrando assim, um aumento significativo de renda em relação ao aumento da área da propriedade para a faixa acima de 4 até 8 hectares. Entretanto, ao se analisar a faixa dos entrevistados que possuem maior área de propriedade, acima de 8 hectares, nota-se que, a renda média é menor do que a faixa de área média, de 4 a 8 hectares, dentre as faixas escolhidas, ficando com a renda média mensal de R\$2.433,00.

Tabela 5: Renda média mensal em relação à área da propriedade

Área	Porcentagem	Renda mensal
Até 4 ha	29%	R\$1200,00
Acima de 4 até 8 ha	53%	R\$5000,00
Acima de 8 ha	18%	R\$2433,00

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Isso pode ocorrer devido à escolha dos itens a serem produzidos por essas famílias. Muitas vezes, trabalham com produção menos rentável ou não possuem controle de gastos e receitas bem traçados para otimizar o lucro.

4.2 Uso de controles financeiros na gestão e percepção da saúde financeira

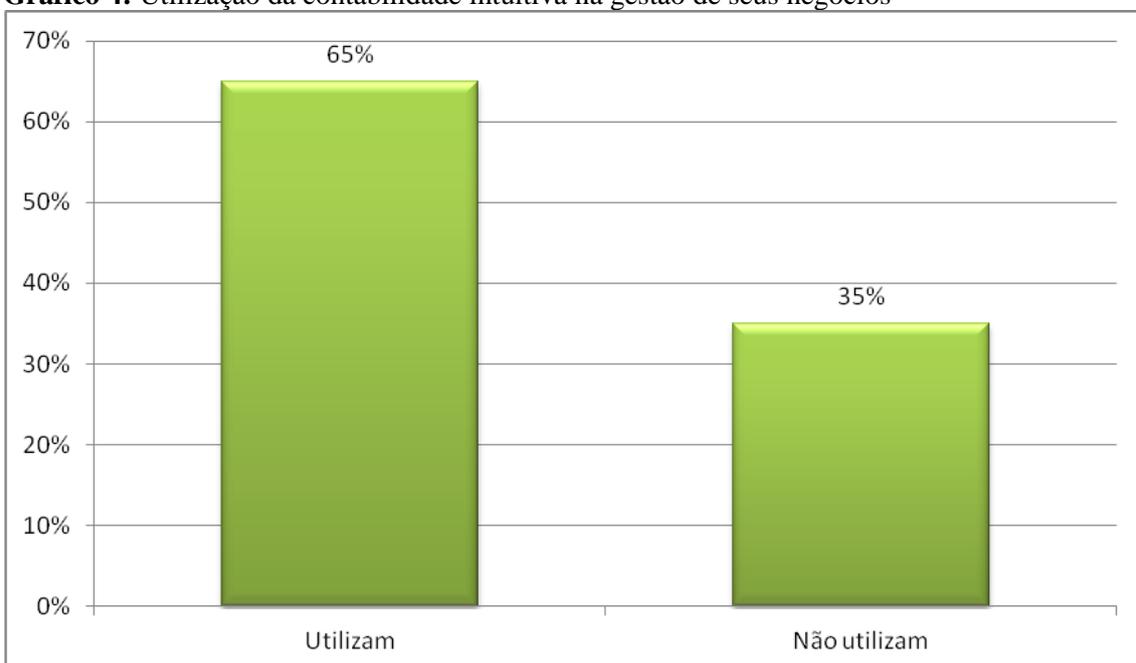
O uso da contabilidade intuitiva na gestão da agricultura familiar é o principal objetivo deste estudo. Com isso, foram verificados a utilização, quais os métodos utilizados e o que os entrevistados entendem da importância dessas ferramentas na gestão de seus negócios.

4.2.1 Quanto ao uso da Contabilidade

Foi levantado, dentre os entrevistados, que 65% deles, conforme Gráfico 4, utilizam a contabilidade de alguma forma para gerenciar a produção e a venda. E, segundo os que utilizam, ter um controle básico de contabilidade mesmo que de forma simples, a considerada intuitiva, já é bastante importante para saber se suas produções estão sendo rentáveis ou não.

Apesar da aceitação quanto aos benefícios trazidos pelo controle financeiro na agricultura, grande parte dos entrevistados afirmou não ter conhecimento suficiente para aprofundar em uma organização sem a contratação de um profissional, o que para maioria deles, é uma realidade distante, pelo fato de terem uma renda relativamente baixa.

Gráfico 4: Utilização da contabilidade intuitiva na gestão de seus negócios



Fonte: Elaboração própria, 2015.

Os métodos utilizados pelos entrevistados são:

- Livro caixa;
- Custo de produção simples (apenas um entrevistado o citou);
- Planilhas fornecidas pelo SEBRAE (apenas um entrevistado o citou);
- Relatórios necessários ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Foi percebido também que os relatórios necessários para manter o cadastro de CNPO faz com que os agricultores mantenham dados financeiros atualizados, o que antes não acontecia em seus negócios. Os agricultores que fazem os relatórios necessários ao cadastro possuem maiores rendas comparados aos que não utilizam essas ferramentas. Ainda não se pode inferir que os maiores rendimentos são consequências do uso de relatórios obrigatórios,

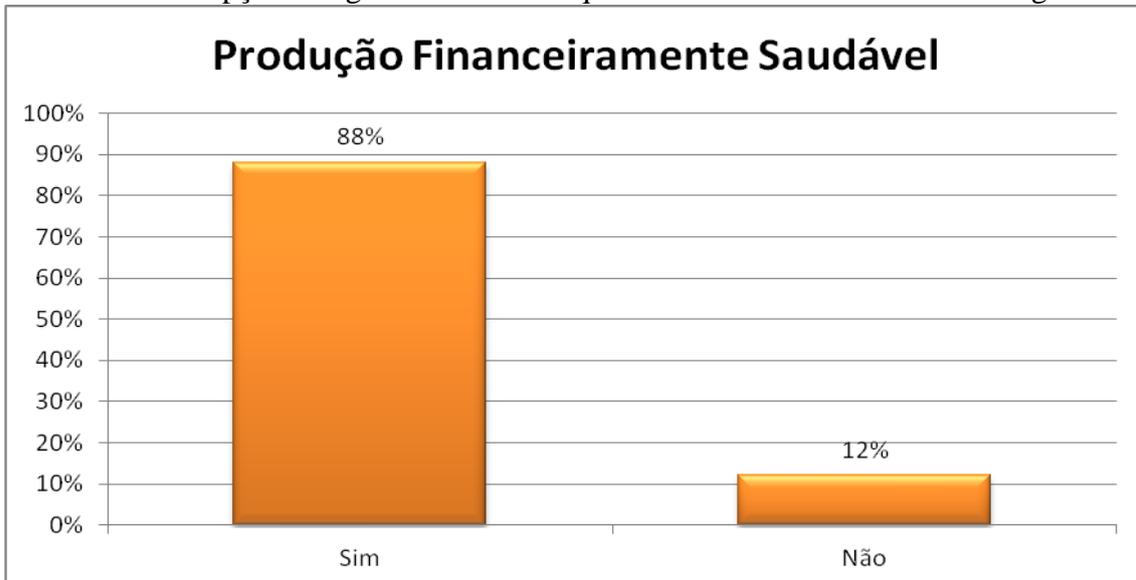
visto que produtos orgânicos costumam ser vendidos por valores mais altos do que os produtos não orgânicos.

Quanto ao agricultor que citou utilizar cálculos para mensurar o custo de sua produção, constatou-se que esse foi o entrevistado de maior renda.

4.2.2 Quanto à saúde financeira

Os agricultores familiares do Mercado da Agricultura Familiar do CEASA, em sua maioria, 88% dos entrevistados, consideram seus empreendimentos financeiramente saudáveis (Gráfico 5). Entretanto, muitos não consideram a renda atual, a desejada para o sustento de suas famílias.

Gráfico 5: Percepção do agricultor familiar quanto à saúde financeira do seu negócio



Fonte: Elaboração própria, 2015.

4.2.3 Quanto à disposição para expandir o negócio

No assunto de expansão na produção de modo geral, tanto em quantidade, quanto em variedade, 76% dos agricultores mostram disposição para o assunto (Tabela 6). Pois, em vários casos, suas terras não estão sendo utilizadas de forma eficiente por motivo de falta de capital para investimento.

Tabela 6: Disposição a expandir o empreendimento familiar

Deseja expandir	Quantidade	Porcentagem
Sim	13	76%
Não	3	18%

Não informou	1	6%
--------------	---	----

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Além do fato de os agricultores estarem dispostos para as mudanças de expansão, eles relatam que existem vários incentivos ao crédito rural para a categoria. Porém, reclamam da grande burocracia nas instituições financeiras que não os deixam conseguir pequenos valores para iniciar esse processo.

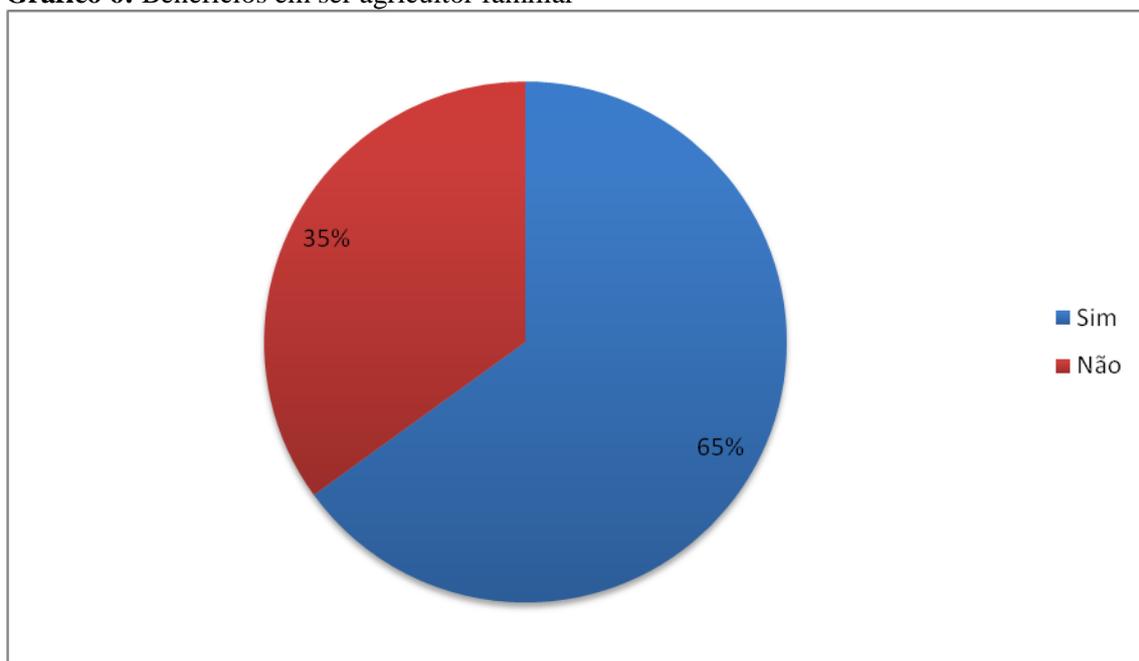
Verificou-se ainda que, a partir das entrevistas, 92% dos agricultores que desejam expandir seus negócios utilizam algum método de controle financeiro na gestão de seus empreendimentos.

Em razão disso, pode-se inferir que os agricultores com maiores tendências ao crescimento, estão utilizando controles financeiros de forma mais rotineira.

4.3 Benefício em se regulamentar como Agricultor Familiar

Nas entrevistas, os agricultores responderam se houve benefícios após o enquadramento como Agricultor Familiar. O gráfico 6 demonstra que 65% dos entrevistados perceberam maiores benefícios contra 35% que não tiveram percepção de melhoria.

Gráfico 6: Benefícios em ser agricultor familiar



Fonte: Elaboração própria, 2015.

Dentre os benefícios listados pelos entrevistados que optaram por exemplificá-los, estão:

- Venda pelo PAA – Alguns dos agricultores têm como principal fonte de renda, os repasses para o Programa de Aquisição de Alimentos. Para eles, esse programa é o melhor benefício após serem enquadrados agricultores familiares;
- Mercado da Agricultura Familiar – O local de trabalho desses agricultores também foi considerado um dos benefícios para quem se enquadra na categoria, visto que é de uso exclusivo de agricultores familiares;
- Auxílio do SEBRAE – Um dos entrevistados relatou que o SEBRAE oferece instrumento para controle contábil através de planilhas que são disponibilizadas aos interessados;
- Facilidade de crédito – Poucos agricultores levantaram assunto sobre a facilidade de acesso ao crédito e baixa taxa de juros após o enquadramento na categoria. Esses informam que conseguiram financiamentos e não houve tantas dificuldades.

Por outro lado, os agricultores aproveitaram para relatar os problemas vividos pela categoria. E dentre eles, estão:

- Burocracia do crédito – Em contraste a um dos benefícios listados anteriormente, os entrevistados reclamam da alta burocracia para contratar empréstimos e financiamentos nas instituições financeiras. Uma das causas é o fato de vários agricultores familiares não possuírem escritura de suas terras, apenas cessão de direitos das propriedades;
- Dificuldade de acesso ao ensino – Segundo alguns agricultores, há grande dificuldade em custear os estudos de seus filhos, principalmente para os que desejam fazer algum curso relacionado ao campo, como agronomia, e medicina veterinária. Eles se queixam que as faculdades são distantes e caras. Por esse motivo, os filhos que conseguem estudar, acabam saindo da atividade da família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como análise os agricultores familiares do Mercado da Agricultura Familiar da CEASA – DF. No intuito de analisar as características gerais e o uso de controles financeiros na gestão de seus empreendimentos, a pesquisa foi realizada nesse local para identificar de perto, também, as necessidades desta categoria de grande importância na alimentação da população brasileira.

Após as entrevistas e análise dos dados, foi percebido que grande parte dos agricultores do Mercado possui vontade de expandir seus negócios, mas ainda tem problemas com a burocracia nas instituições financeiras para adquirir empréstimos e financiamentos, ficando assim, impossibilitados de realizar o processo.

Na análise das características financeiras e de utilização de contabilidade intuitiva, foi constatado que a maioria dos agricultores familiares utiliza algum tipo de controle financeiro, mesmo que de forma simples, de acordo com a peculiaridade de seus negócios. Também foi percebido que os agricultores que possuem enquadramento para venda de alimentos orgânicos possuem maior nível de organização financeira, por motivo de exigências do Ministério da Agricultura para manter o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Em síntese do que foi discutido, a pesquisa concluiu que a contabilidade é um importante instrumento no processo de tomada de decisões, não sendo diferente, no âmbito da agricultura familiar, que costuma ocorrer com a contabilidade intuitiva. Entretanto, na amostra pesquisada, percebeu-se que a utilização desses controles ainda é simplória e necessita de auxílio quanto à instrução para administrar empresas. Uma alternativa seria a criação de políticas públicas que, disponibilizem cursos profissionalizantes em gestão de empresas de forma que atenda esses agricultores.

Quanto às limitações da pesquisa, houve dificuldade em encontrar dados estatísticos atuais. Outra limitação foi a falta de trabalhos em Ciências Contábeis voltados à agricultura familiar. E por último, percebeu-se a aversão e falta de credibilidade quanto a pesquisas por alguns agricultores, o que levou à escolha de apenas parte da população estudada para a pesquisa.

É recomendado realizar pesquisa semelhante com maior população, por exemplo, no Distrito Federal inteiro, para assim obter dados mais concretos da realidade do agricultor familiar. Outra sugestão de pesquisa seria outros cursos, que não Ciências Contábeis, no sentido de verificar as necessidades sociais dessa categoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. 1998. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpinstitutodeterras/abramovay.doc>>. Acesso em 19/07/2015.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/1635683>> Acesso em 02/10/2015.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BONDUKI, Manuel. **Programa de Aquisição de Alimentos cria oportunidades para superação da extrema pobreza**. TV NBR, 22 nov. 2012. Entrevista com o coordenador geral substituto de Comercialização do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Manuel. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fe5HZUZRBu8>> acessado em:14/09/2015.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 20/10/2015.

_____. **Lei 11.326, de 26 de julho de 2006**. Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 06/09/2015.

CERVEIRA JUNIOR, Luiz Fernando Vilanova. **O perfil do comércio da W3/W2 Sul e seus aspectos contábeis**. UnB. Brasília, 2014. Trabalho de conclusão de curso. Graduação – Universidade de Brasília. 2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e desafios**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/Estudo>

s/2015/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Agricultura_Familiar_DF.pdf> acessado em: 04/10/2015.

CREPALDI, Aparecido Silvio. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 2. Ed. São Paulo, 1998.

FARIAS, Felipe Nóbrega de. LIMA, Maíra Oliveira. **Uma análise acerca da importância da contabilidade para a agricultura familiar**. FISCOSoft Editora Ltda, v. 1, 2009.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2007.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. **Informações**. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/sobre-o-df/historia/informacoes.html>> Acesso em: 14/10/2015.

GUADAGNIN, João Luiz. **Cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar**. TV NBR, 20 nov. 2012. Entrevista com o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ics_GQ6_ak> acessado em: 10/09/2015.

HENRIQUE, Marco Antônio. **Importância da Contabilidade Gerencial para micro e pequena empresa**. Taubaté: 2008. Monografia (especialização) - Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm> acessado em: 05/10/2015

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural – Índices básicos**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> acessado em:

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**. FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Teoria da contabilidade**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Teoria da contabilidade**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

JESUS, Madalena Rita Cavalheiro de. BOFF, Caroline Dal Sotto. **Proposta de Implantação da Contabilidade Rural em Uma Propriedade que Desenvolve a Criação de Aves de Postura Comercial**. Anais VIII Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG, 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda – Pessoa Jurídica**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Vagner Antonio. **O empirismo e a Contabilidade: uma abordagem histórica**. 2007. Dissertação – Pós-graduação em Gestão de Negócios pelo IBMEC/MG. Minas Gerais, 2007.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de Caso: Uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil**. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan. /abr. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> acessado em 14/09/2015.

_____. **Mercado da Agricultura Familiar é inaugurado em Brasília para aproximar o campo e a cidade.** 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mercado-da-agricultura-familiar-%C3%A9-inaugurado-em-bras%C3%ADlia-para-aproximar-o-campo-e-cidade>>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2015. **Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> acessado em: 14/09/2015.

RIOS, Pedro Paulo Carneiro. **A Contabilidade Rural como instrumento de gestão na cultura sisaleira do Estado da Bahia.** Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009. Disponível em: <www.uefs.br/ecg/monografias/Pedro%20Paulo.doc> Acesso em: 18/10/2015.

SANTILLI, Márcio. **A aberração dos quatro módulos fiscais.** 2011. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-aberracao-dos-quatro-modulos-fiscais>> acessado em: 08/10/2015.

SHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* v. 18, n. 51, fev. 2003.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. Ed. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis: 2005.

SILVA, Manuel Soares da. **Utilidade da Informação Contábil para Tomada de Decisões: Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa.** Universidade de Brasília; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Rio Grande no Norte – Programa Multi-institucional e Inter-regional de pós-graduação em Ciências Contábeis. João Pessoa, 2010.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas.** RAUSP-e Revista de Administração – eletrônica. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf> Acesso em: 13/10/2015.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
 Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
 TCC – 2º Semestre de 2015
 Questionário com Agricultores do DF
 Orientadora: Prof.^a. Msc. Krisley Mendes
 Aluna: Hérica Regina Simões Muniz – 10/0104517

Sexo: Feminino Masculino
 Escolaridade: Ensino Fun. Incomp. Ensino Fundamental Ensino Médio Incomp.
 Ensino Médio Ensino Sup. Incomp. Ensino Superior
 Idade: _____. Filhos: _____.
 Estado civil: Solteiro União estável Casado Divorciado Viúvo
 Rendimento mensal familiar: _____.

1 - O que é produzido em sua unidade de agricultura familiar?

2 - Qual é a área da propriedade?

_____.

3 - Há quanto tempo atua como agricultor familiar?

_____.

4 - Quantas pessoas integram o negócio?

_____.

5 - Utilizam métodos contábeis para a gestão? Se sim, quais são eles?

Sim Não

6 - Considera sua produção financeiramente saudável, ou seja, obtém lucro?

Sim Não

7 - Deseja expandir sua produção?

Sim Não

8 – Em sua opinião, o enquadramento como agricultor familiar trouxe benefícios? Comente, se achar necessário.

Sim Não
